



NOTA DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIAS (APC) EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO PAÍS.

A Academia Pernambucana de Ciências (APC) fundada em 1978, é uma entidade civil de direito privado, laica, sem fins lucrativos, nem político-partidários, de caráter técnico-científico, que objetiva contribuir para o desenvolvimento e o progresso das ciências e tecnologias, guiadas pela ética profissional e pelo aprimoramento da formação acadêmica de profissionais qualificados, vem de público se pronunciar contra decisões governamentais que estão colocando em crise os sistemas educacional, científico, tecnológico e ambiental do País.

A APC entende que o futuro de qualquer nação passa primordialmente pela Universidade pública onde, no caso do Brasil, o desenvolvimento científico e tecnológico é produzido quase que em sua totalidade, além da formação de recursos humanos qualificados para um mercado de trabalho cada vez mais exigente. O avanço da ciência e tecnologia competitivas de ponta depende de pesquisas realizadas pelas Universidades, por instituições federais e estaduais de pesquisa e empresas privadas, contando com apoio direto de órgãos como CNPq, CAPES, FINEP, INCTs entre outros. Vale a pena salientar que todo o processo educacional, científico e tecnológico tem que estar atrelado a um uso sustentável dos recursos ambientais.

Entretanto, o que se tem observado atualmente são decisões governamentais desconectadas e injustificáveis com a realidade e na contramão do que está sendo realizado em diversos países concorrentes que fazem investimentos massivos e diferenciados em suas agendas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e, principalmente, em suas instituições de ensino superior.

A APC entende que os cortes e contingenciamentos contínuos que o Ministério de Educação vem sofrendo tendem a paralisar pesquisas em desenvolvimento; reduzir serviços básicos e essenciais ao atendimento da comunidade universitária (segurança, limpeza, transporte, energia, insumos, bolsas etc); descaracterizar a autonomia universitária com nomeações de dirigentes não escolhidos pela comunidade, fundamentando-se em argumento legal, mas não legítimo, entre outros.

Da mesma forma, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável direto pelo fomento da pesquisa e desenvolvimento do País, não vem recebendo o devido tratamento que deveria ter por parte do governo. No início do ano, o orçamento do MCTIC teve um contingenciamento de 42% (2,1 bilhões) e mais de 6000 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado foram desativadas. O CNPq apresenta um déficit orçamentário de R\$ 330 milhões em 2019, o que ameaça a suspensão de todas as bolsas de estudantes de pós-graduação e pesquisadores, no País e no exterior, a partir do mês de setembro. Medidas como estas tendem a aumentar a evasão de estudantes e pesquisadores para o exterior. Declarações sem fundamentação técnico-científica, contra órgãos de pesquisas altamente qualificados, à exemplo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), colocam em cheque a seriedade de propósito do governo e inibem ou suspendem parcerias históricas de instituições brasileiras e suas congêneres no exterior.

Outras áreas que merecem uma atenção especial por parte gestores públicos, de produtores rurais e da sociedade, diz respeito a preservação/conservação do meio ambiente e a liberação indiscriminada de agrotóxicos, com destaques especiais para os seguintes pontos:

1- O incentivo ao desmatamento por licenciamentos indevidos e a desconsideração da legislação vigente, no que se refere as áreas de preservação permanente e reservas legais, não contribuem para o aumento da produção agrícola ou da renda do produtor nacional. O País em 70 milhões de hectares, produzirá em 2019/20, 238 milhões de toneladas de grãos. Pode-se chegar a 400 milhões de toneladas até 2030, desde que se incorpore 10 milhões de hectares subutilizados por pastagens degradadas e concomitante, o aumento da produtividade média para 5,0 toneladas de grão por hectare, sem a expansão do desmatamento.

2- Em relação às medidas de liberação de agrotóxicos, muitos dos quais já banidos em outros países, é importante que se trate com cautela, uma vez que os mesmos fabricantes e comerciantes desses produtos no Brasil, serão aqueles que colocarão restrições na compra dos alimentos brasileiros, o que resultará em enxugamento de mercado e preços menores aos produtores nacionais.

3- O Projeto de Lei (PL) nº 2.942/2019, que trata de Licenciamento Ambiental vai de encontro ao artigo 225, alínea IV da Constituição Federal que incumbe ao poder público a responsabilidade de *“exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, o estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”*. Esse PL reduz ou até extingue estudos de impactos ambientais em projetos que forem definidos como sendo de interesse nacional; o Estado ou Município poderá legislar em causa própria para incentivar investimentos, desconsiderando a sustentabilidade ambiental; redução de competências de órgãos como Ibama, Inbra, Funai, entre outros, resultará em impactos indiretos a sustentabilidade ambiental e populações mais vulneráveis. Já o PL 2362/2019 que se encontra no Senado merece especial atenção, pois propõe a extinção das Reservas Legais nas propriedades rurais, um retrocesso ambiental sem precedentes.

Portanto, APC se dirige às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no sentido de que os sistemas educacional, científico, tecnológico e ambiental recebam o tratamento prioritário que merecem, uma vez que insistindo em atitudes que ratificam o despreço por valores universais de uma sociedade justa e moderna, o Brasil será posto à margem das discussões que afetam o planeta e, conseqüentemente, levarão o País ao descrédito internacional, o que resultará em prejuízos econômicos, ambiental e a desagregação social em médio e curto prazos.

Recife, PE, 19 de julho de 2019.

José Antônio Aleixo da Silva

Presidente da Academia Pernambucana de Ciências - APC